

GRUPO DE CARTAGENA

*Dívida Externa*

# Devedores formam o ...

por Celso Pinto  
de Montevideu

(Continuação da 1ª página)

históricos", o que implica sua redução. A versão original do documento final mencionava um corte desejável de 3%. Na final, não se fala em números, mas permanece a intenção.

Outra sugestão importante é que os bancos mantenham o mesmo nível de empréstimos à América Latina em termos reais. Ou seja, que cresçam pelo menos o equivalente à inflação internacional. Não se fala em números, mas, grosso modo, caso este pedido fosse atendido, representaria uma elevação da ordem de 3 a 4% no volume de empréstimos bancários.

Propõe-se também que os próprios países devedores fixem quanto podem transferir liquidamente de recursos. Para isto seria estabelecido um nível mínimo de crescimento necessário, a partir do qual seria determinado qual o saldo comercial possível e quanto seria possível pagar do serviço da dívida.

## AUMENTO

Pede-se um aumento de pelo menos 20% ao ano, nos próximos três anos, nos recursos dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, e uma flexibilização de suas condicionalida-

des. É feita uma menção à necessidade de apoio dos países envolvidos às negociações de dívidas oficiais no âmbito do Clube de Paris e a sua não vinculação à assinatura prévia de acordos com o FMI. Finalmente, incluiu-se uma dura reclamação contra o protecionismo internacional e os efeitos sobre as exportações dos países devedores.

Muitas destas idéias são antigas, mesmo no contexto do Grupo de Cartagena. O que pode, eventualmente, dar mais força a este plano de emergência, se comparado aos pedidos anteriores do Grupo, são a maior integração de posições e de opiniões entre os principais devedores e a existência deste novo comitê responsável pelo acompanhamento da questão.

De uma forma geral, este plano de emergência pode ser lido como uma espécie de contraproposta ao Plano Baker norte-americano. É feita, aliás, uma análise do plano, onde se elogia seu sentido político, mas critica-se suas várias insuficiências. Reclama-se que o Plano Baker cuida apenas do fluxo de caixa desses países e não dá garantias de recursos adicionais para o desenvolvimento; suas condicionalidades não estão bem explicadas, e o plano exclui países como a República Dominicana en-

tre os candidatos a seus recursos.

## SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Mais do que isto, o que o grupo procura enfatizar é que, acima das sugestões propostas a mais longo prazo, existe uma situação de emergência para vários países da região, que exige recursos adicionais imediatos.

O resultado final dessa reunião de Montevideu agradou, em especial, argentinos e brasileiros — os dois países que, de resto, mais vêm discutindo, entre si, a questão da dívida. A Argentina, embora seja considerada um "modelo" de ajustamento desde que o seu Plano Austral obteve resultado no controle da inflação, mantém uma atitude de aberto apoio a um reforço da negociação estritamente política da dívida.

O Brasil, por sua vez, surpreendeu a mais de uma delegação presente, pela firmeza de suas posições. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, por exemplo, foi considerado "duro e decidido" nas discussões por um importante delegado mexicano. A idéia da criação do comitê de acompanhamento nasceu exatamente no Ministério da Fazenda brasileiro. Embora, por razões estratégicas, tenha sido apresentada ao plenário, pela primei-

ra vez, pelo chanceler argentino Dante Caputo.

Esse primeiro passo em direção a um mecanismo mais permanente de acompanhamento coletivo da negociação por parte dos países devedores não deverá, em princípio, interferir nos processos individuais de renegociação. Não é esta a intenção. Seja como for, ele deverá implicar uma troca de informações e de experiências muito mais frequente e sistemática do que existiu até hoje.

## VERDADEIRO ALCANCE

Seu verdadeiro alcance, contudo, só será medido quando tiver, eventualmente, de enfrentar a situação e propor alternativas de ação aos países devedores, caso nenhuma das propostas contidas nesse documento venha a ser acatada pelos países credores. A rigor, a direção de suas propostas teria de ser prática: se não for possível reduzir a transferência de recursos através de negociação, será preciso fazê-lo impondo, por exemplo, limites dos pagamentos de juros.

Ninguém sabe, na verdade, o que poderá acontecer. Hoje, o comitê é uma arma potencial. Se forem obrigados a usá-la, os países do grupo terão de fazê-lo de forma dura e direta, caso contrário perderão toda sua credibilidade.

# Devedores formam o seu comitê

por Celso Pinto  
de Montevideu

Os onze países latino-americanos que compõem o Grupo de Cartagena deram ontem, em Montevideu, um passo a mais no processo conjunto da discussão da dívida externa. Além de estabelecerem um plano de emergência para os países da região, criaram um "comitê de acompanhamento", responsável pelo monitoramento e sua aplicação.

O comitê, que será formado por Brasil, Argentina, México, Colômbia e Venezuela, e secretariado pelo Uruguai, formará, na concepção do Grupo de Cartagena, uma contraparte aos organismos que já existem do lado dos países credores e dos bancos. Se as medidas propostas nas condições econômicas piorarem, caberá ao comitê sugerir formas alternativas de ação.

"Não é uma ameaça nem um clube de devedores", apressou-se a explicar o ministro da Economia argentino, Juan Sourrouille. "Nós não ameaçamos ninguém. Nós propomos um diálogo construtivo."

Na verdade, houve uma

primeira versão do documento final, um pouco mais dura. A forma final foi, em parte, "aguada", como definiu um diplomata, especialmente pela intervenção dos colombianos. A Colômbia, como se sabe, é o virtual primeiro cliente do Plano Baker e está prestes a assiná-lo.

De toda forma, o roteiro de exigências dos países do Grupo de Cartagena é extenso e ambicioso. O objetivo central foi bem resumido, ao final do encontro, pelo chanceler argentino, Dante Caputo. "É preciso retomar o investimento na região, porque sem ele não há crescimento, sem crescimento não há estabilidade e sem estabilidade não há democracia", afirmou.

O documento reclama do volume de transferências líquidas de recursos que a América Latina está sendo obrigada a enviar aos países credores, de US\$ 32 bilhões neste ano, o que tem impedido a retomada do crescimento econômico. Para reduzir esta transferência, alinham várias propostas.

O grupo pede um "retorno das taxas de juros aos patamares

(Continua na página 2)